


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0017151-18.2009.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Rede Drogaria Extra Ltda**  
 Requerido: **Walter Queiroz Filho**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Vistos**

Trata-se de pedido de **PRESTAÇÃO DE CONTAS** formulado por **REDE DROGARIA EXTRA LTDA** em face de **WALTER QUEIROZ FILHO**, todos devidamente qualificados, julgada procedente na denominada “primeira fase”. (cf. sentença de fls. 121 e ss).

O requerido não apresentou as contas, razão pela qual a requerente apresentou as suas às fls. 172/175.

Na sequência foi determinada a realização de perícia e carreado laudo à fls. 258/263.

Manifestação das partes às fls. 270 e 274/276.

**Relatei.**
**Passo a fundamentar e decidir.**

O objetivo desta ação vem definido no parágrafo 3º de fls. 04: o autor almeja que o requerido preste “contas” sobre “os pagamentos a fornecedores, salários, despesas administrativas e demais existentes no período em que a empresa foi administrada por ele entre novembro de 2006 e novembro de 2008” (textual).

Como admitido expressamente (fls. 72) o requerido se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

responsabilizou por fazer pagamentos de funcionários, fornecedores e contas da empresa no período em que exerceu a gerência.

Para tanto, tinha conhecimento da senha de internet banking e com ela fazia transferências bancárias (v. fls. 72, parágrafos 4º e 5º). Ou seja, tinha efetivamente poderes de gerência.

Não foram respeitados os descontos legais de: INSS, IRRF, Contribuição Confederativa, Contribuição Assistencial, Contribuição Sindical e, assim, acabou ocorrendo apropriação indevida em todo o período de contratação, totalizando R\$ 30.343,83 (trinta mil e trezentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos) , já descontados R\$ 4.050,00 de lançamentos a maior feitas conjuntamente com 4 lançamentos do salário da esposa, de 08 a 11/2007, tudo conforme consignado pelo expert a fls. 262, primeiro parágrafo.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Por força do disposto no art. 550, parágrafo 4º c.c. art. 355 c.c. art. 344 do novo CPC, **JULGO BOAS AS CONTAS APRESENTADAS PELO REQUERENTE**, ante a inércia do postulado.

No mais, fica o requerido, condenado a pagar à autora, o montante acima mencionado, ou seja, R\$ 30.343,83, com correção a contar do ajuizamento, e ainda juros de mora à taxa legal, a contar da citação.

Como o requerido sucumbiu na primeira fase e nesta



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

segunda também, fica condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e ainda honorários advocatícios ao patrono do requerente, que fixo, em R\$ 880,00.

Transitada em julgada a decisão, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença apresentando o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524 do NCPC.

**P. I.**

São Carlos, 01 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**